

## **JOVENS COM DEFICIÊNCIA: A DISTÂNCIA ENTRE O SONHAR E O REALIZAR**

Ivan Ricardo de Melo, UNESPAR.  
Ricardo Desidério, UNESPAR.

### **Introdução**

Este estudo, desenvolvido no âmbito da dissertação de mestrado vinculada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento (PPGSeD) da Unespar, campus de Campo Mourão, evidencia que jovens com deficiência frequentemente enfrentam barreiras físicas, sociais e atitudinais que atravessam e impactam significativamente suas trajetórias de vida.

Neste sentido, faz-se necessário compreender juventude, deficiência e perspectivas de vida de modo interdisciplinar, permeados pelos marcadores de classe, raça e gênero, objetivando identificar quais são as perspectivas futuras de jovens com deficiência (15 a 29 anos) do Centro de Atendimento à Pessoa com Deficiência “Rosimeire Barbosa Navarro” (CAPD), APAE de Paranavaí-PR.

A partir das contribuições de Oliveira, Lacerda e Novaes (2021) sobre juventudes e políticas públicas, observa-se que a produção acadêmica tende a privilegiar certos recortes, como por exemplo, jovens universitários, juventude e criminalidade, juventude e mundo do trabalho, enquanto a condição de jovens com deficiência permanece, em grande medida, à margem das discussões mais amplas sobre juventude.

Os dilemas que atravessam esse ciclo da vida, tais como o acesso ao trabalho e à renda, escolarização e formação profissional, violência, sexualidade, preconceitos, moradia, saúde e uso de drogas, costumam se intensificar quando considerados à luz da deficiência, exigindo respostas intersetoriais e políticas de inclusão que contemplem especificidades (Oliveira; Lacerda; Novaes, 2021).

### **Materiais e métodos**

O estudo, baseou-se na teoria social crítica, desta forma, foram realizadas entrevistas semiestruturadas, realizadas no CAPD, sob a supervisão

ISSN: 25253611

VI Seminário sobre gênero:

“Educação, diversidades e práticas profissionais: diálogos interseccionais e (im)pactos sociais”

da coordenadora e da assistente social em sala reservada, ampla e acolhedora. Os(as) usuários(as) estavam empolgados(as), uma vez que estavam bem informados sobre o que ocorreria ali e já conheciam o pesquisador. A abordagem foi tranquila, os entrevistados estavam seguros(as) e calmos(as), dispostos(as) para participar e as expectativas foram superadas.

Como instrumental utilizado, escolheu-se a observação sensível, com o intuito de buscar uma compreensão mais profunda, empática e significativa, uma percepção atenta não apenas dos aspectos visíveis, mas também dos sentimentos, das emoções e contextos envolvidos, sem julgamentos, para assim buscar compreender as motivações e as razões por trás das ações e comportamentos dos(as) entrevistados(as).

## **Resultados e Discussão**

Compreender a juventude na contemporaneidade exige uma abordagem que reconheça sua multiplicidade e suas intersecções com diferentes marcadores sociais da diferença, como deficiência, gênero, raça, classe, etnia e território. No caso específico dos jovens com deficiência, essa compreensão torna-se ainda mais complexa, pois envolve o enfrentamento de múltiplas barreiras estruturais, simbólicas e institucionais que limitam o acesso a direitos fundamentais e que impactam diretamente em suas possibilidades de participação social plena.

Os(as) adolescentes amam, estudam, brigam, trabalham. Lidam com as transformações de seus corpos, que se esticam e se transformam. Frota (2007) aponta que eles(as) lidam com as dificuldades do crescer na família moderna e isto chega a ser desafiador. Nesta fase da vida, eles(as) se procuram e eventualmente se acham. A sociedade em muitas situações, faz-se excludente, tendo em vista que existe a busca por um padrão de normalidade, como explica Cunha (2021), que faz com que aqueles(as) que possuam corpos ou comportamentos ditos desviantes precisem ser enquadrados a esse padrão. Isso resultou em uma busca pela docialização dos corpos, que gerou no decorrer do tempo diversas compreensões para a deficiência: desde a tragédia pessoal, vista

como castigo de Deus ou obra do azar, perpassando pelas práticas biomédicas de correção de desvios, o que individualizava a deficiência, buscando meios de corrigir estas imperfeições e, ao mesmo tempo, dificultar a participação destas pessoas na sociedade, impactadas pelo capacitismo que é o preconceito para com as pessoas com deficiência. O capacitismo também pode ser entendido como um eixo de opressão, de acordo com Gesser, Block e Mello (2020), pois ao se interseccionar com o racismo e o sexismo, intensifica os processos de exclusão social.

A inclusão envolve a aceitação e a garantia de direitos de todas as pessoas, independente suas limitações, garantindo que possam participar plenamente da sociedade. A inclusão supõe que seja ofertado para todos(as) aqueles(as) que vivem e participam da sociedade, condições para superar limitações, encontrando novos caminhos com condições acessíveis e igualitárias para todas as pessoas que integram a sociedade, com o objetivo de possibilitar que elas possam superar suas limitações e explorar novos caminhos de desenvolvimento e participação plena. A acessibilidade refere-se à remoção de barreiras físicas, atitudinais, sociais, comunicacionais e educacionais que limitam essa participação.

A Lei nº. 13.146 de 6 de julho de 2015, que implementa estatutos já promulgados pela Convenção dos Direitos. Ratifica o entendimento sobre deficiência:

Art. 2º Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (Brasil, 2015, n.p.).

A deficiência pode dificultar a participação plena na sociedade, em igualdade de condições com as demais pessoas, incluindo sua auto percepção e a constrição de sua identidade. A identidade de jovens com deficiência constitui-se na intersecção entre experiências subjetivas e olhares sociais que recaem sobre seus corpos e modos de ser. Ao narrarem como se percebem e como desejam ser vistos(as), os(as) participantes desta pesquisa revelam

ISSN: 25253611

VI Seminário sobre gênero:

“Educação, diversidades e práticas profissionais: diálogos interseccionais e (im) pactos sociais”

tensões entre aceitação, diferenciação e resistência. A autopercepção é atravessada tanto por construções internas de autoestima quanto por experiências externas de inclusão, exclusão ou estigmatização. As falas dos(as) jovens oscilam entre afirmações de igualdade e reconhecimentos de diferença, mostrando a complexidade da construção identitária em contextos onde a deficiência é frequentemente interpretada como limite, e não como diferença.

As representações sociais da deficiência ainda são fortemente marcadas por visões estigmatizadas que reduzem a pessoa com deficiência à sua limitação. Esse olhar capacitista que valoriza a produtividade, a autonomia e a normalidade como padrões ideais gera exclusões sutis e explícitas no cotidiano.

### **Considerações finais**

As representações sociais da deficiência ainda são fortemente marcadas por visões estigmatizadas que reduzem a pessoa com deficiência à sua limitação. Conforme discutem Fernandes e Lippo (2016), vivemos em uma estrutura social que produz ausências, interdições e verdadeiros “muros” entre produtivos e improdutivos, normais e anormais, belos e feios, naturalizando desigualdades e apagando singularidades. Pessoas consideradas “diferentes” ou com algum tipo de deficiência são frequentemente vistas como vidas “estranhas”, que não se encaixam nos moldes pré-definidos, sendo empurradas para lugares de improdutividade, minorias sociais e exclusão.

o estudo contribui para deslocar a deficiência de um lugar de “falta” para um campo de produção de experiências, saberes e resistências, reconhecendo esses(as) jovens como sujeitos de direitos, o que implica não apenas garantir o acesso a políticas de educação, trabalho, saúde e assistência, mas também assegurar-lhes o direito de sonhar e de projetar suas vidas com dignidade, autonomia e participação social.

Logo, as perspectivas futuras de jovens com deficiência do CAPD são atravessadas por desafios significativos, mas também por potentes movimentos de afirmação e de invenção de caminhos. Cabe ao Estado, às políticas públicas, às instituições, às famílias e à sociedade civil ampliar as condições para que

esses sonhos não sejam permanentemente adiados pela desigualdade, pelo preconceito e pela exclusão. Neste sentido, ao registrar e analisar essas vozes, esta pesquisa pretendeu contribuir, ainda que de forma localizada, para o fortalecimento de uma agenda comprometida com a justiça social, a equidade e o reconhecimento da diversidade humana como valor fundante da vida em sociedade.

## Referências

FERNANDES, Idilia; LIPPO, Humberto. A produção social de uma estética padronizada. In: FERNANDES, Idilia; PRATES, Jane Cruz. (org.). Diversidade e estética em Marx e Engels. Campinas: Papel Social, 2016.

OLIVEIRA, Victor Hugo Nede; LACERDA, Mirian Pires Corrêa de; NOVAES, Regina Célia Reyes. Juventudes, educação, política e violência: uma entrevista com Regina Novaes. Educar em Revista, Curitiba, v. 37, e71209, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/YDXnxFVQ4vDb5PHgDx7BDjL/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 06 mai. 2026.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União: Seção 1, Brasília, DF, 6 jul. 2015. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm). Acesso em: 06 mai. 2026.

CUNHA, Ana Carolina Castro. Deficiência como expressão da questão social. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 141, p. 303-321, mai./ago. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/pykStjJty9FMZZTDCdgGCcy/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 06 mai. 2026.

FROTA, Ana Maria Monte Coelho. Diferentes concepções da infância e adolescência: a importância da historicidade para sua construção. Estudos e Pesquisas em Psicologia, UERJ, RJ, v. 7, n. 1, p. 147-160, abr. 2007. Disponível em: [www.revispsi.uerj.br/v7n1/artigos/pdf/v7n1a13.pdf](http://www.revispsi.uerj.br/v7n1/artigos/pdf/v7n1a13.pdf). Acesso em: 06 mai. 2026.

GESSER, Marivete; BLOCK, Pamela; MELLO, Anahí Guedes de. Estudos da Deficiência: interseccionalidade, anticapacitismo e emancipação social. In: GESSER, Marivete; BÖCK, Geisa Leticia Kempfer; LOPES, Paula Helena. Estudos da deficiência: anticapacitismo e emancipação social. Curitiba: CRV, 2020. p. 17-36.